



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002477-93.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Madaleno Aparecido de Queiroz**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MADALENO APARECIDO DE QUEIROZ, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de acidente do trabalho em face de Instituto Nacional do Seguro Social, também qualificado, alegando que, trabalhando na empresa *São Carlos Sociedade Anônima Indústria de Papel de Embalagens*, sofrera acidente típico em 10/01/2004, resultando na *amputação traumática do 4º dedo da mão esquerda*; aduz mais que o réu não admitiu a existência de sequelas permanentes, de modo que reclama a concessão de auxílio-acidente de valor equivalente a 50% de seu salário de contribuição.

O réu contestou o pedido alegando que já se passaram dez anos da ocorrência do infortúnio e, desde então executa normalmente seu mister na mesma empresa *São Carlos Sociedade Anônima Indústria de Papel de Embalagens*, de modo que não há qualquer sequela indenizável; sustenta mais, estarem prescritas não só as parcelas que eventualmente fossem devidas nos últimos cinco anos, mas também a própria ação, concluindo pela improcedência da demanda, com a condenação do autor ao pagamento da sucumbência no importe de R\$ 1.448,00.

O autor replicou restringindo-se ao pedido de prova pericial.

O feito foi instruído com prova pericial, seguindo-se as alegações do autor, somente, com reiteração do pleito.

É o relatório.

DECIDO.

O laudo pericial atestou que o autor foi vítima de acidente do trabalho, compatível com os documentos trazidos nos autos, consistindo na *amputação ao nível da segunda articulação inter falângica (perda da falange distal)* (sic. fls. 97), lesão tida como irreversível, concluindo pela invalidez parcial e permanente.

Vale destacar que, como ponderado no v.acórdão proferido na Ap. Cível s/ revisão nº 566.929-5/6-00, da 16ª Câmara de Direito Público do TJSP, j. 15/09/2009, Relator Des. VALDECIR JOSÉ DO NASCIMENTO, “*Não se pode deixar de considerar que a mão funciona como um conjunto harmônico, em que cada dedo tem sua função própria e ajuda os outros na tarefa de preensão dos objetos, movimentação e posicionamento de estruturas a serem trabalhadas ou manuseadas. Qualquer alteração anatômica ou funcional que prejudicar esse conjunto dificultará sua atividade, causando prejuízo para o infortunado levando-o a procurar novo ponto de equilíbrio para que o trabalho possa ser realizado, o qual se fará a expensas de maior gasto de energia*”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Continua, no mesmo v.acórdão, “*que embora o obreiro tenha voltado a desempenhar a mesma função, depois do acidente, isto é irrelevante para o desate do recurso, pois nenhuma dúvida paira no sentido de que, em face da lesão ocorrida, ele deverá despende maior esforço para atingir o mesmo fim – processo compensatório -, impondo-se, assim, a concessão do auxílio acidente.*”

Para melhor ilustrar essa linha de pensamento, colacionamos o v. acórdão proferido pela 17ª Cam. de Direito Público do TJSP, Rel. Des. ANTONIO JOSÉ MARTINS MOLITERNO, Ap. s/ Rev. 639.404-5/7-00, j. 20/10/2009:

“LIDE INFORTUNÍSTICA – EVENTO TÍPICO – PERÍCIA JUDICIAL – PERDA DA FALANGE DISTAL DO 2º DEDO DIREITO – DISPÊNDIO DE PERMANENTE MAIOR ESFORÇO FÍSICO – AUXÍLIO ACIDENTE – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA – Demonstrado pelo substrato fático e probatório a ocorrência do acidente que amputou parte do 2º dedo direito do autor, e reconhecido pela perícia que as sequelas dele resultantes, conquanto não impeçam o autor de continuar seu mister habitual, exigem um permanente maior esforço físico, a concessão do auxílio acidente se impõe.”

Em recente julgado, a sentença deste juízo foi reformada, pois entendeu o DD. Desembargador Relator, DR. ADELDRUPES BLAQUE FERRAZ, 17ª Câmara de Direito Privado, Apelação s/ revisão nº 994.09.248601-1, que o juiz não está adstrito ao laudo, *podendo firmar seu convencimento com outros elementos objetivos existentes nos autos*, citando, para tanto, o precedente do Colendo STJ (REsp 197.906/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes).

No referido acórdão destaca que “*Ao exame físico da mão direita do obreiro, a expert constatou “Amputação parcial de falange distal do 2º QDD; Alteração da matriz ungueal de 2º QDD...”*

“... ”

“...As fotografias de fls. 208/210 de mostram que o autor apresenta seqüelas. O 2º quirodáctilo esquerdo apresenta-se com amputação parcial da 3ª falange.

Não subsiste dúvida sobre a inabilitação parcial do autor. O obreiro, à toda evidência, não possui a mesma condição física de outra pessoa que não apresente aludida restrição.”

Ora, a situação destes autos é a mesma. Conforme se verifica das fotografias de fls. 14/15 houve amputação de falange distal do 4º dedo da mão esquerda.

Assim, é de rigor o acolhimento da demanda para conceder ao autor o benefício de auxílio-acidente, observando que “*o termo inicial do benefício deverá corresponder à data da juntada do laudo pericial, quando veio para os autos a prova da consolidação das lesões em nível suficiente a permitir o reconhecimento da redução parcial da capacidade laborativa*” (cf. Ap. nº 0358369-85.2007.8.26.0577 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/06/2013 ¹).

Essa juntada ocorreu em 10 de novembro de 2014, conforme fls. 95.

Cabe, ainda, seja observado que “*os valores em atraso serão atualizados e acrescidos de juros de mora na forma da Lei 11.960/09*” e que “*a renda mensal a ser implantada será reajustada pelos índices de manutenção*” (cf. Ap. nº 0025578-88.2009.8.26.0053 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 ²).

Observar-se-á, assim, “*o montante em atraso deverá ser apurado com emprego dos índices de correção monetária pertinentes (no caso pelo IGP-DI), com acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mês de forma decrescente, à base de 1% conforme previsão do Código Civil vigente, até junho de 2009, passando, a partir daí, tanto a atualização dos valores como a taxa de juros, a ser regidas pela disposição do artigo 5º da Lei 11.960, de 29.06.2009” (cf. Ap. nº 0006357-94.2009.8.26.0320 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 ³).

Observar-se-á ainda a prescrição quinquenal.

O réu sucumbe, devendo, não obstante, observar-se que “a autarquia é isenta de custas processuais, a teor do artigo 5º da Lei nº 4.952/85 e consoante artigo 6º da Lei nº 11.608/03” (cf. Ap. nº 0049840-87.2010.8.26.0564 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 23/10/2012 ⁴), observando-se ainda que, “nas lides acidentárias, em regra, os honorários são fixados no percentual de 15% sobre as prestações vencidas até a sentença, consoante disposto na Súmula 111 do STJ” (cf. TJSP, Ap. 487.524.5/2-00, 17ª Câ. De Direito Público, rel. Dês. Antonio Moliterno, j. em 26.2.2008)

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu **Instituto Nacional do Seguro Social** a implantar em favor do autor **Madaleno Aparecido de Queiroz** o benefício previdenciário de auxílio-acidente, no valor equivalente a 50% do salário de benefício, a partir de 10 de novembro de 2014, observando-se, em relação aos valores vencidos até a data do pagamento, o acréscimo de correção monetária pelos índices IGP-DI, a contar da data do vencimento de cada prestação mensal, bem como o acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a mês de forma decrescente, à base de 1% conforme previsão do Código Civil vigente, até junho de 2009, passando, a partir daí, tanto a atualização dos valores como a taxa de juros, a ser regidas pela disposição do artigo 5º da Lei 11.960, de 29.06.2009, e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 15 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

³ www.esaj.tjsp.jus.br

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br